

Geografia Econômica e Economia

Vou apresentar a geografia econômica moderna e suas relações com a economia. Para explicar a sua gênese e as suas mudanças, acho necessário refletir sobre a evolução da Geografia Econômica e dos seus laços com a Economia. Vou distinguir quatro fases nessas relações, sublinhando as duas últimas.

1. Uma “pré-história” da reflexão econômica sobre o papel do espaço nas atividades produtivas e no consumo

O conhecimento da economia se desenvolveu, até o fim do século dezoito, graças à observação do papel do espaço na vida econômica, como foi mostrado por Pierre Dockès há uma geração atrás (DOCKÈS, 1969).

- a) A reflexão sobre os problemas da riqueza e da produção se desenvolveu desde o século dezessete. Nasceu da observação da paisagem e da realidade geográfica. No fim do século dezessete, economistas como William Petty, na Inglaterra, e Vauban, na França, já sabiam que as atividades produtivas estavam geralmente concentradas ao longo dos litorais, dos rios navegáveis e dos canais, nas tiras de duas léguas de largo.
- b) No século dezoito, a atenção concentrou-se cada vez mais sobre a

produção e a troca das riquezas. Richard Cantillon descreveu a criação das riquezas nas zonas rurais e seu consumo nas cidades: ele ofereceu a primeira reflexão sobre a natureza da cidade e a hierarquia urbana. Quesnay foi o primeiro a conceber a vida econômica como um circuito.

- c) Depois de 1770, a situação mudou. Os economistas desenvolveram um interesse crescente pelos mecanismos econômicos. Turgot descreveu o funcionamento dos mercados e a lei da oferta e da procura. Na “Riqueza das Nações”, Adam Smith (1776) já mostrava interesse pela observação geográfica: ele demonstrou que a especialização do trabalho era limitada pela extensão do mercado, no capítulo dois de seu livro. Mas ele considerou que a riqueza das nações resultava da vontade dos indivíduos, das iniciativas dos empreendedores e do livre funcionamento dos mercados – “deixa fazer, deixa passar”!

Com Adam Smith, a atenção cessou de sublinhar as particularidades das distribuições geográficas. O economista evidenciou a combinação dos fatores produtivos na empresa e a responsabilidade dos governos no campo do funcionamento das firmas e dos mercados. O problema maior estava na repartição das rendas entre capitalistas e trabalhadores. O ramo principal da ciência econômica ignorou o papel do espaço por mais de um século, até os anos 1930.

2. O desenvolvimento paralelo da economia, da teoria das relações internacionais, da teoria da localização e da geografia econômica

Entre o começo do século dezenove e os anos 1930, o ramo principal da economia ignorava os problemas espaciais da vida econômica. Esses foram estudados por três disciplinas independentes, a teoria das relações econômicas internacionais, a teoria da localização das atividades produtivas e a geografia econômica.

a) A teoria das relações econômicas internacionais

O ramo principal da economia buscou esclarecer a racionalidade dos agentes econômicos, a lógica das empresas e a existência de zonas onde os seus custos decrescem e de outras onde eles crescem.

Mas a economia não podia ignorar a comércio internacional. O alvo da economia era propor regras para a gestão das empresas por parte dos empreendedores, bem como regras para a gestão econômica das nações por parte dos governos. Nesse domínio, a pergunta era: Qual é a melhor política, o protecionismo ou o livre comércio?

David Ricardo respondeu em 1817 afirmando que a melhor política era o livre comércio. Ele raciocinou na perspectiva duma economia sem progresso tecnológico, isto é, sem economias de escalas e sem economias externas. A sua teoria foi consolidada, na primeira metade do século vinte, pelos estudos de Eli Heckscher (1949), Bertil Ohlin (1933) e Paul Samuelson (1948). Nessa perspectiva, a posição de Ricardo estava correta: sem progresso técnico, o comércio internacional favorece o nivelamento dos preços dos fatores de produção. Até o fim do século dezanove, o livre comércio foi efetivamente a causa do desenvolvimento econômico da Europa Central e Ocidental e dos Estados Unidos.

b) *A economia espacial*

A economia espacial apareceu com von Thünen (1826-1851). O seu alvo era a compreensão das regras de localização dos empreendimentos para obter a maximização dos lucros. O problema não foi o de descrever e explicar a distribuição espacial das atividades econômicas, foi antes de tudo o de esclarecer o papel da distância e dos custos de transporte sobre o nível dos lucros.

O desenvolvimento da economia espacial foi lento: deu-se primeiro a partir da lógica de localização da produção agrícola nos anos 1820, depois, da produção industrial, entre 1870 e 1910, e, mais tarde, das atividades de serviços, nos anos 1930 (WEBER, 1909; CHRISTALLER, 1933; sobre o teoria espacial e seu desenvolvimento, ISARD, 1956; PONSARD, 1955; 1958).

c) *A geografia econômica*

A geografia econômica apareceu na Alemanha sob a influência de Carl Ritter e se desenvolveu desde o fim dos anos 1850. Seu objetivo era a descrição da diferenciação de regiões econômicas num tempo onde as ferrovias e a navegação a vapor abriram novas possibilidades de especialização produtiva.

Um gênero geográfico se constituiu no fim do século dezenove, com os livros de Karl Andree, na Alemanha (1861-1874), George Chisholm (1889), na Inglaterra, e Marcel Dubois e J. -G. Kergomard, na França (1897). Esses livros foram republicados até os anos 1930 sem mudanças importantes na concepção geral. O tratado clássico de geografia econômica cobriu essencialmente a produção de gêneros alimentícios (cereais, carne, leite, manteiga, queijo, oleaginosos, vinho), das matérias-primas (seda, lã, algodão), de energia (carvão, petróleo, hidroeletricidade), e de produtos industriais (têxteis, mecânicos, químicos). Descreveu também os países exportadores, os fluxos das mercadorias e os mercados onde as transações comerciais ocorreram.

Nunca a lógica das escolhas e decisões econômicas era explorada. O gênero “tratado de geografia econômica” permaneceu exclusivamente descritivo. Nos anos vinte e trinta do século passado, nos Estados Unidos, a maioria dos geógrafos trabalhando nesse domínio tinha uma formação de geólogos, agrônomos ou engenheiros de minas.

A geografia econômica fazia uma distinção entre os países industrializados, os novos países industrializados e os países atrasados. A teoria das relações internacionais sublinhava o efeito nivelador do comércio. Ao mesmo tempo, a geografia econômica descrevia uma situação muito contrastada. Parecia não haver relação entre as duas disciplinas.

No campo da geografia econômica, alguns autores se destacaram da maioria. Os geógrafos japoneses tiveram um interesse especial pela teoria da localização desde o fim do século dezenove. A atitude de Emile Levasseur foi semelhante na França no começo dos anos 1870. Ele escreveu em 1872:

O homem inteligente sempre escolhe exatamente, para exercer a sua atividade, o lugar onde ele poderá tirar o máximo proveito. O fabricante sempre obedece seja a atração natural seja a atração social. A atração natural é aquela exercida pelas matérias-primas da natureza: onde o homem encontrá-las, ele entrega-se a transformá-las no mesmo sítio, a beneficiá-las nos lugares que produzem lã, etc.

Quando as matérias-primas são complexas, o fabricante pode deliberar e escolher, manufaturar seu ferro seja sobre as camadas de minério, seja sobre as camadas de carvão, e sempre decide se aproximar dessas matérias-primas quando o transporte é mais custoso.

Isso é praticamente a teoria da localização industrial antes de sua formulação por parte dos economistas espaciais. Na Alemanha, Ernst Friedrich (1904) introduziu, no começo do século vinte, a noção de *Raubwirtschaft*, da economia exploradora e destrutiva. Foi a primeira reflexão sobre as condições do desenvolvimento sustentável.

No ano 1908, Pierre Denis propôs uma interpretação muito sutil da economia cafeeira no Estado de São Paulo no Brasil (Documento 1).

Nos estudos regionais, geógrafos utilizam, como Pierre Denis, muitas noções da economia.

3. Dos anos quarenta aos anos setenta: a reconciliação entre economia e geografia econômica

a) Um novo ambiente intelectual

Desde os anos 1930, o ambiente intelectual mudou nos países desenvolvidos e industrializados. O liberalismo aparecia como principal causa da grande crise econômica. Os governos tiveram de intervir na vida econômica e dirigi-la.

Os interesses dos economistas mudaram também. O problema de agora em diante era o de entender os mecanismos responsáveis pelo crescimento econômico. A macro-economia se desenvolveu com Keynes (1936), com o estudo do papel da poupança e dos multiplicadores dos investimentos e das exportações. Graças às contabilidades nacionais, se pôde pela primeira vez comparar a riqueza das nações ou das regiões. O problema do desenvolvimento torna-se o mais importante para a opinião pública, os intelectuais, os economistas e os geógrafos.

b) Transformar a geografia numa disciplina aplicável

O novo desafio do desenvolvimento regional e nacional parecia ser um tema para a geografia e não somente para a geografia econômica.

Para construir uma disciplina aplicável era necessário dispor de modelos explicativos. O papel da descrição decresceu. A busca duma teoria para desenvolver projetos e planos para o futuro se impôs. A geografia descobriu a teoria da localização. A “nova geografia” dos anos 1960 foi primeiro uma pesquisa sobre a eficácia dos modelos de von Thünen (1826-

1851) no domínio agrícola, de Weber no domínio industrial, e de Lösch (1940) e Christaller (1933) no domínio das atividades de serviços.

Graças à teoria dos lugares centrais, a nova geografia dispunha de uma interpretação da hierarquia das cidades e da formação de regiões polarizadas.

c) *O problema do desenvolvimento desigual*

A economia, nos anos 1940, não teve uma explicação satisfatória do desenvolvimento desigual. A teoria das relações internacionais de Ricardo (1817) dizia que o livre comércio era a condição única e suficiente para a igualização dos preços e dos fatores de produção. As evidências, no entanto, apontavam para uma direção inversa: Uma concentração das indústrias e das atividades de serviço nas áreas centrais dos países; uma concentração crescente das indústrias nos países já desenvolvidos.

Nos anos cinquenta e sessenta do século vinte, uma parte importante da pesquisa na economia e na geografia também tratou desses problemas. François Perroux criou, em 1955, a noção de pólo de crescimento. A teoria da polarização apareceu como uma criação paralela dos economistas e dos geógrafos.

Os economistas utilizaram a teoria do multiplicador econômico dos investimentos e das exportações. Eles mobilizaram também a noção de economias de escala e aquela de economias externas. Já proposta pelo economista Alfred Marshall, no fim do século dezanove (1890), essa noção explica a concentração das atividades industriais e dos serviços nas cidades ou regiões já beneficiárias de uma grande variedade de atividades.

A contribuição dos geógrafos foi diferente. Edward Ullman mostrou que a concentração das atividades industriais e dos serviços nas áreas centrais era uma característica comum aos espaços nacionais (ULLMAN, 1953; 1954). Stewart e Warntz (1958) ensinaram a construir superfícies de potenciais – potenciais de populações, potenciais de renda. Essas superfícies deram uma medida da atratividade das zonas centrais. Mas os geógrafos inovaram, sobretudo por suas análises do papel da informação na vida econômica. Os custos ligados à distância são também custos de transporte de bens e pessoas e custos de transferência de notícias e informações.

Torsten Hågerstrand (1953/1968) explorou os problemas da difusão da informação econômica na primeira metade do século vinte na Suécia meridional e propôs modelos para explicar os seus mecanismos. Ao fim dos anos 1960, Gunnar Törnqvist (1968; 1970) sublinha o sentido dos contatos diretos, das relações “cara a cara”, na tomada de decisões econômicas.

A mais importante contribuição dos geógrafos esteve mais diretamente ligada à reflexão dos economistas. A expressão “economias externas” não fez nenhuma referência à organização do espaço. Os geógrafos provaram que elas nasceram da possibilidade de obter informações gratuitas em certos lugares, geralmente nas cidades. Graças à reflexão sobre o papel da informação na vida econômica, a lógica das cidades foi melhor entendida. As cidades, no seio dos espaços regionais, e os bairros centrais de negócios, no seio das cidades, serviram para facilitar o surgimento de parcerias nas relações econômicas ou na vida cultural. Uma central telefônica apareceu, num certo sentido, como o equivalente de um bairro de negócios numa cidade (CLAVAL, 1981). Era na vizinhança desses comutadores, nos bairros centrais de negócios das cidades, que a possibilidade de obter sem custos as informações era mais alta.

Durante os anos cinquenta e sessenta do século vinte, a economia e a geografia econômica tratavam dos mesmos problemas. Os geógrafos tiravam uma grande parte de sua inspiração dos modelos desenvolvidos pela economia espacial e pela macro-economia. Eles admitiram suas dúvidas.

A contribuição dos geógrafos para a interpretação do crescimento polarizado era original: eles enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações. Os economistas geralmente ignoravam os resultados da geografia econômica. Esses tipos de relações desiguais se encontram muitas vezes também na produção do conhecimento científico.

d) *Um interesse crescente pelo consumo*

A vontade de assegurar uma renda suficiente a todas as classes sociais e a todos os povos na terra conduziu, ao mesmo tempo, a uma análise mais precisa das condições para o crescimento e o desenvolvimento e a uma atenção mais forte pelo consumo.

Do lado dos economistas, a diferença entre os objetivos das empresas e aqueles dos consumidores foi sublinhada: de um lado, o lucro; de outro, a utilidade. Como consequência, um interesse novo apareceu pela divisão dos espaços urbanos exercendo funções produtivas e funções residenciais. A nova perspectiva permitiu o desenvolvimento duma teoria das migrações humanas e contribuiu também para a compreensão de situações onde se buscava rendas mais altas ou o prazer de consumir em lugares diferentes. Os geógrafos se apaixonaram por esses temas. Eles combinaram os resultados da economia com a nova metodologia dos mapas mentais para construir uma nova geografia econômica das escolhas residenciais, das segregações urbanas e do turismo.

4. A evolução contemporânea

a) Um novo contexto econômico

Entre o fim do século dezenove e os anos sessenta, as condições da vida econômica mundial não tinham mudado muito: um mercado mundial já existia para os gêneros alimentícios, os minerais e os produtos industriais de consumo durável. O custo e a duração das viagens e o custo da transferência das informações limitavam a internacionalização das empresas. As condições do aprendizado do trabalho industrial permaneciam praticamente inalteradas para a Europa, os Estados Unidos, alguns outros países de povoamento europeu e o Japão, que guardavam o monopólio do trabalho industrial.

A revolução dos transportes rápidos e das telecomunicações transformou o espaço mundial em poucos anos. Os países industrializados perderam o monopólio do trabalho industrial. Novos países industrializados surgiram na Ásia oriental e sul-oriental e na América Latina. As empresas tornaram-se mais internacionais e transnacionais. Fala-se de globalização para descrever essa mudança. O termo não é perfeitamente satisfatório, porque a internacionalização das trocas já havia sido iniciada nos tempos das grandes navegações. O específico da situação contemporânea é somente a rapidez das transferências de informação e a ameaça de desequilíbrios ecológicos profundos na escala mundial.

b) *Um novo contexto intelectual*

A fé no progresso, que foi durante dois séculos partilhada pelas sociedades ocidentais, está desaparecendo. É fato que as condições de saúde melhoraram, que há uma expectativa de vida mais alta, mas há também a ameaça nuclear, os organismos geneticamente modificados e o aquecimento climático.

No domínio das ciências sociais, a mudança das atitudes parece ainda mais importante. A diferença entre o discurso científico e os discursos pré-científicos parece menos clara que há cinquenta anos atrás. As ciências sociais foram utilizadas pelos governos europeus para construir e justificar seus impérios coloniais e fiscalizar suas populações. As atitudes tornam-se mais críticas. Hoje, o objetivo dos cientistas não é mais o de propor novos modelos aos governos, mais o de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e que proporcione mais felicidade aos indivíduos.

A barreira entre economia e geografia econômica está desaparecendo. Cada grupo trabalha sobre problemáticas semelhantes: aprofundamento teórico, criação de novas teorias, a teoria da regulação, por exemplo, alargamento da concepção da vida econômica. As pesquisas tratam dos problemas atuais, da globalização, da metropolização ou do papel dos lugares.

c) *Paul Krugman e o aprofundamento teórico*

Nunca, desde os tempos de Adam Smith, o ramo central da teoria econômica tinha levado em conta o papel do espaço na vida econômica. A situação muda com Paul Krugman (1997). Para ele, as empresas têm uma zona de rendimentos crescentes, ou de custos decrescentes, mais larga que os economistas pensavam no passado: essa situação vem das particularidades de certos lugares onde existem economias externas.

Dessa maneira, Paul Krugman rompe com a teoria clássica das relações econômicas internacionais. Ele integra no centro da teoria econômica uma parte dos resultados da geografia econômica dos anos 1960 sobre o papel dos circuitos de informação na economia.

O espaço econômico cessa de aparecer como uma planície de transportes, unicamente diferenciada pelas dotações no fator-terra. Os lugares têm propriedades diferenciadas porque os conhecimentos de que dispõem seus trabalhadores bem como seus instrumentos de trabalho são diversos.

Uma “economia de vizinhança” se desenvolve. Na França, economistas como Bernard Pecqueur e Zimmermann (2003) seguem essa orientação.

d) *A escola da regulação*

O marxismo não dava um papel importante ao espaço. Nos anos 1960, a contribuição da economia marxista ao conhecimento da realidade geográfica reduzia-se, na escala mundial, à teoria da exploração imperialista do Terceiro Mundo pelos países já industrializados e centrais. A emergência de novos países industrializados na Ásia oriental e sul-oriental arruína esse tipo de interpretação. Donde ensaios, da parte de economistas e geógrafos marxistas, para reintroduzir o espaço na teoria marxista, ou para combinar a abordagem marxista e a abordagem liberal.

A primeira solução foi explorada por David Harvey no livro “The Limits to Capital” (HARVEY, 1982). A segunda solução foi desenvolvida pelo economista francês Aglietta (AGLIETTA, 1976). Existe uma analogia entre a visão da evolução econômica segundo Aglietta e a visão da evolução científica segundo Thomas Kuhn (1962). Para esse último, existe uma sucessão de períodos normais de produção da ciência e de períodos de revoluções científicas. Duma maneira semelhante, a vida econômica é feita de modos de produção, onde a economia é regida por mecanismos descritos pela economia liberal, e de revoluções econômicas, quando as regras do jogo econômico mudam.

Na concepção regulacionista, existem de fato dois níveis de teoria: a macro-economia marxista explica a lógica das revoluções econômicas; a meso-teoria é baseada nos resultados da economia clássica, aplicados às condições particulares de cada modo de produção.

O interesse maior da abordagem regulacionista provém da sua análise da transição entre o modo de produção fordista e o modo de produção pós-fordista. Geógrafos econômicos, como Allan Scott, e economistas, como Boyer, vão inspirar-se nos trabalhos sobre a economia das empresas e os custos de transação de Coase (1937) e de Williamson (1975; 1987).

No modo de produção fordista, os custos de transferência das informações através dos mercados eram tão altos que as grandes empresas tiveram uma vantagem sobre as pequenas ou as médias, porque dispunham da possibilidade de assegurar a transferência a longa distância das

informações sem recurso ao mercado. Com as novas tecnologias de transporte rápido e de telecomunicações, a transferência das informações econômicas através dos mercados torna-se mais econômica. É o tempo da flexibilidade. O economista italiano Becattini (1987) propôs uma interpretação dos distritos industriais da Terceira Itália em termos de flexibilidade: ele convence os economistas do valor da teoria regulacionista.

Os resultados da escola regulacionista parecem fascinantes, mas, se, de um lado, a retórica permanece às vezes vizinha do marxismo, de outro, a contribuição mais importante provém da influência de Coase (1937) e de Williamson (1975; 1987). Não diferem muito também dos resultados apresentados pela “economia de vizinhança” de Paul Krugman (1997).

e) *O alargamento da concepção da vida econômica*

Até os anos 1970, o esforço da pesquisa econômica deu ênfase à análise dos mecanismos econômicos de mercado. Sabia-se, graças a Marcel Mauss (1922) e a Karl Polanyi (1944), que a vida econômica podia ser organizada segundo outros princípios: o princípio da economia de redistribuição, ou o princípio da economia “solidária”. Geralmente os economistas pensavam que o estudo desses tipos de organização econômica era do domínio da antropologia e não da economia.

Os geógrafos econômicos tinham mostrado, nos anos 1970, que as economias de redistribuição do tipo soviético supunham custos de formação mais altos que aqueles das economias de mercado. A questão da economia “solidária” é muito mais importante do que geralmente se pensa: os empregados trabalham para dar presentes aos parentes e amigos.

Uma parte significativa da pesquisa econômica contemporânea priorizou esses aspectos da vida econômica. No tratado de geografia econômica, publicado em Paris por Isabelle Geneau de Lamarliere e Jean-François Staszak (GENEAU; STASZAK, 2000), os autores insistiram muito nas dimensões espaciais de cada tipo de organização dos circuitos econômicos bem como das motivações dos agentes.

f) *O papel do consumo e as dimensões culturais da economia*

Até os anos 1950, a economia e a geografia econômica estudavam essencialmente os aspectos produtivos e distributivos do circuito econômico.

A situação contemporânea é profundamente diversa. Numa sociedade de consumo, a criação/concepção dos bens por grupos de especialistas e os modos de consumir esses bens têm um papel central na dinâmica econômica.

Os trabalhos de geografia econômica cultural se desenvolvem rapidamente há pelo menos dez anos na Inglaterra (BELL; VALENTINE, 1998; CRANG, 1996).

g) *Os problemas do mundo contemporâneo* (CLAVAL, 2003)

1. A cena econômica mundial difere muito daquela dos anos 1960. O comércio de peças e componentes se desenvolve mais rapidamente que o comércio dos bens finais ou das matérias-primas e das fontes de energia. O comércio dos bens intermediários é um comércio global e desempenha papel predominante na escala continental. Daí as pressões favoráveis às uniões econômicas: a União Européia, a zona de livre comércio norte-americana, o Mercosul, etc.
2. Com o desenvolvimento do comércio global e de empresas multinacionais, parece cada dia mais necessário dispor de lugares onde é possível manter relações com centros de comércio e de negócios do mundo inteiro. O desenvolvimento das linhas aéreas e das telecomunicações dão uma vantagem importante a cidades que possuem aeroportos do tipo que os Americanos chamam "hubs" e que possuem também teleportos. Nas hierarquias urbanas, o nível das grandes cidades tem um papel crescente: isso explica o fenômeno da metropolização.
3. Com uma mobilidade mais alta, a geografia muda. Migrantes são atraídos pelos países ricos onde existem possibilidades de trabalho e um acesso mais fácil aos serviços de saúde e educação. Ao mesmo tempo, regiões turísticas tornam-se regiões de implantação permanente de estrangeiros. A mobilidade cria problemas culturais ligados a essas novas minorias nas grandes cidades como Nova York, Los Angeles, Londres, Paris, e nas zonas turísticas como as ilhas Baleares.

4. Um outro campo de pesquisa sobre a geografia econômica do mundo contemporâneo, ligado ao declínio do poder de fiscalização e de “impulsão” por parte dos governos dos estados, é o papel das iniciativas locais, que hoje parece mais importante que há cinquenta anos atrás.

Conclusão

A geografia econômica ficou muito tempo isolada da economia e do resto da geografia. Ela se apresentava como uma descrição das atividades produtivas, dos fluxos de bens e de grandes mercados.

A situação começou a mudar há cinquenta anos atrás. A evolução se fez em duas fases:

- 1- Na primeira, o interesse ficou centrado sobre a produção, mas o objetivo mudou. A explicação de mecanismos e de processos de decisão substituiu a descrição. Os problemas da polarização do crescimento pareceram centrais nesse período.
- 2- Na segunda fase, a atenção se abriu sobre novos problemas: a globalização, a metropolização, a mobilidade crescente e suas conseqüências, as questões ambientais.

No contexto das ciências econômicas, a geografia econômica desempenhou um papel muito modesto até os anos 1950. Depois, se aproximou da economia, incorporando muitos resultados da teoria da localização, da teoria das relações internacionais e da macro-economia. Inovou também no domínio dos fenômenos de polarização, do papel da informação e da interpretação das economias externas.

O papel da geografia econômica no contexto das ciências econômicas é, hoje, maior que no passado. Ela explora a influência da cultura no domínio do consumo, estuda os circuitos econômicos “solidários” e de redistribuição; ela contribui também para o estudo da flexibilidade e da metropolização.

As decisões dos agentes econômicos sempre têm dimensões espaciais: daí a emergência de uma geoeconomia. A sua ambição é de compreender

der as estratégias dos agentes econômicos num mundo onde as empresas jogam cada dia um papel mais importante.

Documento 1

Pierre Denis beneficiou-se duma bolsa Albert Kahn no ano de 1907 e viajou ao Brasil, de Belém a Porto Alegre. No seu retorno, ele publicou um pequeno livro, notável pela descrição das paisagens e pela qualidade da interpretação das mudanças da economia cafeeira no Estado de São Paulo. O esquema foi o seguinte:

1. A abolição da escravidão priva os cafeicultores de mão-de-obra.
2. O Estado de São Paulo organiza e financia a imigração da mão-de-obra européia, principalmente italiana.
3. Nos cafezais, a mão-de-obra é remunerada através do pagamento da colheita do café e através da possibilidade de cultivar milho entre os cafezais. A remuneração real é mais importante nos cafezais novos, onde a produção de milho é mais importante. Para atrair a mão-de-obra, os cafeicultores têm de abrir novas áreas de cultivo. A produção de café cresce de maneira exponencial.
4. O governo nacional pratica uma política inflacionária entre 1888 e 1898. O preço do café medido em moeda estrangeira diminui no mercado internacional, mas o seu valor permanece estável em moeda brasileira.
5. A política inflacionária do governo federal não acarreta um aumento dos preços dos produtos nacionais no Brasil nem, mais particularmente, dos preços dos gêneros alimentícios. O crescimento da produção de café não se traduz por uma redução dos lucros dos cafeicultores em moeda nacional. Em consequência, a inflação não afeta os cafeicultores e sua mão-de-obra. Um mecanismo de crescimento exponencial da produção funciona bem.

6. O governo federal inicia uma política monetária deflacionista em 1899. A paridade entre a moeda brasileira e o ouro é restaurada em poucos anos. A renda dos cafeicultores brasileiros cai. A primeira crise decorrente do excesso da produção cafeeira se inicia.

A qualidade das interpretações de Pierre Denis é excepcional. Ele torna-se banqueiro no período entre as duas guerras mundiais. Durante a segunda guerra mundial, torna-se o responsável das finanças da França livre, com de Gaulle ainda em Londres.

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, Maurice. **La Théorie de la régulation**. Paris: La Découverte, 1976.
- ANDRÉE, Karl. **Geographie des Welthandels mit geschichtlichen Erläuterungen**. Stuttgart, 1861-1874, 2 vol.
- BECATTINI, G. (dir.). **Mercato e forze locali : il distretto industriale**. Bologne: Il Mulino, 1987.
- BELL, David, VALENTINE, Gill. **Consuming Geographies. We Are what we Eat**. Londres: Routledge, 1998.
- CHISHOLM, George G. **Handbook of Commercial Geography**. London: Longman, 1889.
- CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, Iéna, Fischer; trad. am., **Central Places in Southern Germany**, Iéna, Fischer; trad. am., **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1933.
- CLAVAL, Paul. **La Logique des villes. Essai d'urbanologie**. Paris: Editions techniques, 1981.
- CLAVAL, Paul. **La Géographie du XXIe siècle**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, n. 4, p. 386-405, 1937.
- CRANG, P. Displacements: geographies of consumption. **Environment and Planning A**, v. 28, n. 1, p. 47-68, 1996.
- DENIS, Pierre. **Le Brésil au XXe siècle**. Paris: A. Colin, 1908.
- DOCKÈS, P. **L'Espace dans la pensée économique du XVIe au XVIIIe siècle**. Paris: Flammarion, 1969.

DUBOIS, M., KERGOMARD, J.-G. **Précis de géographie économique**. Paris: Masson, 1897.

FRIEDRICH, E. Wesen und geographische Verbreitung der Raubwirtschaft. **Pettermann's Mitteilungen**, n. 3, p. 68-79 e n. 4, p. 92-95, 1904.

GENEAU DE LAMARLIÈRE, Isabelle, STASZAK, Jean-François. **Principes de géographie économique**. Paris: Bréal, 2000.

HÄGERSTRAND, T. **Innovationförlöppet ur koralgisk synpunkt**. Lund: Gleerup, 1953; trad. am. **Innovation Diffusion as a Spatial Process**. Chicago: Chicago University Press, 1968.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: Blackwell, 1982.

HECKSCHER, E. The effect of foreign trade on the distribution of income. In: American Economic Association. **Readings in the Theory of Foreign Trade**. Philadelphie: Blakiston, 1949, p. 272-300.

ISARD, W. **Location and Space Economy**. New York: John Wiley et Cambridge (Mass.), The Technology Press of MIT, 1956.

KEYNES, John M. **General Theory of Employment, Money and Growth**. Londres, 1936.

KRUGMAN, Paul R. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge: The M.I.T Press, 1997.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: Chicago University Press, 1962.

LAUNHARDT, W. Die Bestimmung des zweckmässigsten Standortes einer gewerblichen Anlage. **Zeitschrift des Vereins deutscher Ingenieure**, v. 26, n. 3, 1882.

LEVASSEUR, Emile. **L'Etude et l'enseignement de la géographie**. Paris: Delagrave, 1872.

LÖSCH, August. **Die räumliche Wirkung der Wirtschaft**. Iena: G. Fischer, 1940; trad. ang., **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Political Economy**. Londres, 1890.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: Mauss, Marcel (Ed.). **Sociologie et anthropologie**. Paris: P.U.F., 1950, p. 142-279.

OHLIN, Bertil. **International and Interregional Trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

- PECQUEUR, Bernard (dir.). **Dynamiques territoriales et mutations économiques**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- PECQUEUR, B. et J. B. ZIMMERMANN. **L'Economie de proximité**. Paris: Economica, 2003.
- PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. **Economie appliquée**, v. 8, n. 2, p. 307-320, 1955.
- POLANYI, Konrad. **The Great Transformation**. New York: Rinehart, 1944.
- PONSARD, C. **Economie et espace**. Paris: SEDES, 1955.
- PONSARD, Claude. **Histoire des théories économiques spatiales**. Paris: A. Colin, 1958.
- RICARDO, David. **Principles of Political Economy and Taxation**. Londres, 1817.
- SAMUELSON, Paul A. International trade and the equalization of factor price. **Economic Journal**, v. 58, p. 163-184, 1948.
- SMITH, Adam. **An Enquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London, 1776.
- STEWART, J. Q., WARNTZ, W. Physics of Population Distribution. **Journal of Regional Science**, v. 1, p. 119-121, 1958.
- THÜNEN, J.-H. **Das isoliert Staat in Beziehungen auf Landwirtschaft und Nationalökonomie**. Hambourg, 1826-1851, 2 vol.
- TÖRNQVIST, Gunnar. **Flows of Information and the Location of Economic Activities**. Lund: Gleerup, 1968.
- TÖRNQVIST, Gunnar. **Contact Systems and Regional Development**. Lund: Gleerup, 1970.
- ULLMAN, Edward L. Regional development and the geography of concentration. **Papers and Proceedings of the Regional Science Association**, v. 4, p. 179-198, 1953.
- ULLMAN, E. L. Geography as Spatial Interaction. In: Committee on Regional Economic Analysis. **Interregional Linkages**. Berkeley, 1954, p. 63-71.
- WEBER, A. **Über den Standort der Industrien**. Tübingen, 1909.
- WILLIAMSON, Oliver E. **Markets and Hierarchies**. New York: The Free Press, 1975.
- WILLIAMSON, Oliver E. **Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1987.

